

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE  
CONSELHO FEDERAL DE ESTATÍSTICA**

O CONFE – CONSELHO FEDERAL DE ESTATÍSTICA foi criado pela Lei 4.739 de 15 de julho de 1965 regulamentada pelo Decreto nº 62.497 de 01 de abril de 1968, com a finalidade de fiscalizar o exercício profissional, segundo princípios éticos, e de promover o desenvolvimento da estatística no Brasil, dentre outras finalidades, nos termos da legislação em vigor, principalmente a de orientar, normatizar, registrar e fiscalizar o exercício da profissão de estatística, por intermédio dos Conselhos Regionais de Estatística - CONREs cada um em sua base jurisdicional, decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos CONREs.

Desta forma, o CONFE deve ser entendido como uma instituição da sociedade que, por delegação de poder público, zela pela garantia de que a atividade de estatística, no âmbito de sua jurisdição, seja exercida por profissionais legalmente habilitados e conscientes da importância do seu papel social.

Para assegurar a proteção, privacidade e sigilo dos dados pessoais dos profissionais da Estatística de acordo com o definido na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o CONFE estabelece os termos desta política que se aplicam aos usuários e/ou visitantes dos websites do [confe.org.br](http://confe.org.br) (doravante denominado "Site").

## **1. OBJETIVO DESTA POLÍTICA**

O CONFE tem o compromisso com a segurança das informações dos usuários do portal e adota medidas de proteção adequadas em suas operações, com procedimentos consistentes, efetivos e rigorosos.

Por reconhecer a importância da sua privacidade, desenvolvemos esta política para informar a respeito das condições sob as quais tratamos e protegemos os dados pessoais. Esta política descreve, ainda, direitos e como acessá-los em nossas plataformas digitais.

O CONFE é o Controlador dos Dados Pessoais, e cada usuário precisa declarar e concordar que podemos tratar os dados pessoais em conformidade com os termos estabelecidos, bem como manifestar ciência de que esta política pode ser modificada a qualquer tempo, sendo mantidas suas atualizações publicadas nesta página.

Recomendamos a leitura atenta de toda a política. Caso não esteja de acordo com as disposições, pedimos que interrompa imediatamente o acesso e o uso do site, serviços (sistemas).

## **2. DEFINIÇÕES**

Para os fins desta política, devem ser consideradas as seguintes definições, quando referidas em letra maiúscula ou minúscula, plural ou singular, com ou sem negrito, para sua correta compreensão:

"Dados Pessoais": qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável. Isso significa que um dado é considerado pessoal quando permite a identificação direta ou indireta da pessoa natural, como, por exemplo: nome, sobrenome, data de nascimento, telefone, e-mail, etc.

"LGPD": Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018).

"Tratamento": toda a operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transparência, difusão ou extração.

"Bases Legais": são as hipóteses legais previstas na LGPD que autorizam o CONFE a tratar dados pessoais.

"nós ou nosso": Conselho Federal de Estatística, também denominado CONFE.

"Você": qualquer pessoa física, na condição de visitante, empregado, estagiário, usuário dos serviços, responsável por pessoa jurídica, que acesse ou faça interação com as atividades e/ou funcionalidades disponibilizadas pelo CONFE.

"Usuário": são todos os indivíduos que interagem com os serviços prestados pelo CONFE.

"Controlador": pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.

### **3. SEUS DIREITOS**

Você, enquanto titular de dados pessoais, possui o direito de obter do controlador, em relação aos seus dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição, em conformidade com o Art. 18 da LGPD:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; à exceção dos dados que já tenham sido anonimizados pelo controlador;
- eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no Art. 16 da LGPD;
- informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- informação acerca da possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- revogação do consentimento, nos termos do § 5º do Art. 8º da LGPD;
- peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional; e
- opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento à LGPD.

Para exercer os seus direitos, utilize os canais disponibilizados ao final desta política.

### **4. FINALIDADE DO TRATAMENTO DOS DADOS:**

O CONFE, por meio dos Conselhos Regionais de Estatística, oferece diversos serviços à sociedade que exigem autenticação para acesso e tratamento de dados pessoais. São eles:

- identidade profissional;
- negociação de anuidades, multas e emolumentos;
- acesso a cursos e eventos;
- assinatura de conteúdo do portal;
- emissão de carteirinha;
- processo de fiscalização;
- cadastro nacional de estatísticos (CNE);
- consultas a profissionais e organizações de atividades estatísticas;
- emissão de certidão;
- relação de adimplentes;
- canais de denúncia;
- solicitações à ouvidoria; e
- pedidos de acesso à informação.

Para acessá-los, é necessário efetuar o cadastro no CONFE, ocasião em que são solicitados dados como nome, e-mail, CPF, endereço, telefone, qualificação profissional, cópia de documento de identidade, entre outros, para que o usuário seja corretamente identificado e receba login e senha de autenticação. Informações relacionadas ao currículo acadêmico podem ser requeridas para uso em processos seletivos, visando à colaboração ou participação em cursos e eventos. Alguns dados podem ser obtidos por meio de fontes disponíveis em outros cadastros de governo e disponibilizados ao CONFE, de acordo com a legislação aplicável. Contudo, o usuário poderá, se desejar, ter acesso aos dados, editá-los e retificá-los sempre que estiverem incompletos, desatualizados ou inexatos (Art. 18 da LGPD).

## **5. FINALIDADES PARA AS QUAIS UTILIZAMOS DADOS PESSOAIS**

A utilização de seus dados pessoais é realizada sempre observando a legislação vigente e tem como objetivo entregar serviço de forma segura ao usuário, de acordo estritamente com aquilo que é solicitado.

Os dados também são utilizados para prover experiência personalizada do usuário quando do acesso a sistemas e para estatística de uso.

## **6. BASE LEGAL PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

Conforme estabelecido pelo Art. 7º da LGPD, o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

- mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV da LGPD;
- para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

- para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro; e
- quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Os dados informados estão sujeitos às práticas de tratamento estabelecidas em lei, quais sejam: recepção, classificação, processamento, armazenamento e arquivamento (Art. 5º, X, da LGPD).

## **7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

Dados cadastrais realizados no portal não são compartilhados com órgãos ou entes externos, exceto aqueles relativos à participação em cursos promovidos em parceria ou previstos em contratos, convênios ou termos de cooperação técnica celebrados com outras entidades.

O CONFE não compartilha nem autoriza o compartilhamento de informações para fins ilícitos, abusivos ou discriminatórios.

## **8. ARMAZENAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

Nós utilizaremos seus dados pessoais, para alcançar as finalidades para as quais eles foram coletados ou para cumprir com obrigações legais aplicáveis.

## **9. SEGURANÇA**

Os dados recebidos e enviados para o servidor são criptografados, dificultando interceptações. No entanto, embora nos esforcemos para manter e fornecer segurança razoável para as informações processadas, nenhum sistema de segurança é infalível contra todas as violações de segurança em potencial.

Entre as medidas de segurança adotadas por nós, destacamos as seguintes:

- Acesso limitado aos dados de nossos usuários, de modo que terceiros não autorizados não possam acessá-los;
- Os dados de nossos usuários são armazenados em ambiente seguro;
- Utilizamos certificado Secure Socket Layer (SSL), de modo que a transmissão de dados entre os dispositivos dos usuários e nossos servidores aconteça de forma criptografada;
- Mantemos registros de todos aqueles que têm, de alguma forma, contato com os dados.

O acesso às informações coletadas está restrito aos empregados autorizados para o tratamento desses dados. A utilização indevida dessas informações, ferindo esta Política de Privacidade e demais políticas internas, estará sujeita às penalidades previstas em lei.

O cumprimento de nossos padrões de privacidade e segurança da informação será exigido de toda empresa contratada para prover serviços ou instituição associada ao CONFE.

## **10. UTILIZAÇÃO DE COOKIES**

Cookies são pequenos arquivos de texto gerados durante seu acesso ao portal, que são utilizados para auxiliar na navegação, autenticação e personalização do atendimento. Para acessar a Política de Cookies do CONFE clique aqui.

### **11. GERENCIAMENTO DA PRIVACIDADE**

O CONFE disponibilizou o e-mail [confe@confe.org.br](mailto:confe@confe.org.br) como canal competente para esclarecimentos sobre a privacidade de seus dados.

### **12. ALTERAÇÕES PARA ESSA POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

Como esta política está sujeita a eventuais atualizações devido ao nosso compromisso com a melhoria contínua, recomendamos que ela seja consultada periodicamente.

O CONFE se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, a presente Política, especialmente para adaptá-la às eventuais alterações feitas em nosso site, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

### **13. CONTATO**

Controlador: Conselho Federal de Estatística – CONFE

Endereço: Av. Rio Branco, 277 - Grupo 909 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.040-904

Telefone: (21) 2220-1058

E-mail: [confe@confe.org.br](mailto:confe@confe.org.br)

Encarregado: Raquel Murta

E-mail: [confe@confe.org.br](mailto:confe@confe.org.br)